

ROGÉRIO MARINHO

'Governo ainda conta votos'

Secretário da Previdência admite que haverá expectativa até o último minuto antes da votação

O secretário especial da Previdência e do Trabalho, Rogério Marinho (PSDB-RN), afirmou ontem, em passagem pela capital gaúcha, que o governo federal continua em busca dos votos necessários para aprovar sua proposta de Reforma da Previdência. "O governo contará os votos até o último minuto antes da abertura da sessão plenária da Câmara dos Deputados na próxima terça-feira. Em nosso entendimento, os votos são pela pauta e não pelo governo", declarou, ao ser questionado sobre a viabilidade de aprovação do texto em plenário.

A indicação de que a matéria poderá ser apreciada pelos deputados na próxima semana foi feita pelo presidente da Câmara Rodrigo Maia (Dem-RJ), depois da aprovação do relatório pela Comissão Especial, na última quinta-feira. Marinho palestrou à noite, no Country Clube de Porto Alegre, para líderes empresariais do grupo Lide. Antes, pela manhã, o secretário do Ministério da Economia teve encontro com dirigentes da Fiegs, na sede da entidade.

Em sua manifestação no evento do Lide, Rogério Marinho exaltou a iniciativa do presiden-



Marinho não deu garantias a empresários de que matéria será votada agora

te Jair Bolsonaro (PSL) de propor a reforma com intuito de promover o equilíbrio fiscal. Ele falou sobre outras ações, destacando a medida provisória 871, aplicada para enrijecer normas e enfrentar fraudes na Previdência. Porém, não conseguiu assegurar, perante o anseio dos convidados, que o governo tenha segurança sobre a capacidade de aprovação da reforma.

O secretário especial também disse que a negociação de itens modificados pela Comissão em seu relatório poderão ser "negociados em plenário". Marinho sustentou ainda, que na visão

do governo federal, a ampliação do tempo de contribuição para 40 anos para obtenção da aposentadoria integral e o cálculo considerando 100% dos salários representam a tentativa de atribuir sustentabilidade ao sistema, apesar de constituírem barreiras de acesso a melhores prazos e valores de benefício aos futuros aposentados.

Na Fiegs, recebeu um documento com propostas para flexibilização das Normas Regulamentadoras (NRs) de Saúde e Segurança do Trabalho e para simplificação do eSocial, que tornou mais rigoroso o controle do

governo sobre as obrigações trabalhistas das empresas. Rogério Marinho explicou que a ideia do governo Bolsonaro é desburocratizar, preservando e mantendo de forma decrescente o número de acidentes de trabalho no país. "Estamos, desde o início do ano, debruçados sobre a customização destes temas essenciais, pois dizem respeito à produtividade, mas ao mesmo tempo à segurança e à prevenção de acidentes", apontou o secretário.

Em relação à proposta de Reforma da Previdência, Marinho disse que o governo deseja ter a matéria aprovada antes do recesso parlamentar, que se inicia em 17 de julho. "Nossa perspectiva é ter voto para aprovar", comentou. Ele também falou sobre as alterações ocorridas durante os debates na Comissão Especial, citando a exclusão de Estados e municípios e a mudança sobre as regras especiais para o setor da segurança pública. "São muitos atores envolvidos. O próprio regimento da Câmara dificulta algumas questões. Isso não significa que o texto não possa ser novamente alterado. Podem haver concessões em plenário, mesmo que mínimas, no sentido da proposta original", definiu o secretário especial.

IMPROBIDADE

Padilha é absolvido pelo TRF4

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região absolveu por unanimidade nesta semana o ex-ministro da Casa Civil Eliseu Padilha do crime de improbidade administrativa. Padilha foi denunciado pelo Ministério Público Federal por suposta atuação na obtenção e manutenção do Certificado de Entidade Assistencial pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), o que garantia a esta imunidade tributária. A decisão foi proferida pela 4ª Turma do tribunal em sessão de julgamento.

Conforme o MPF, o réu teria usado da influência de seu cargo de deputado federal junto a órgãos administrativos para conseguir o certificado. Para isso, recebia pagamento dissimulado na forma de contratos de prestação de serviços de consultoria e assessoria na área de ensino a distância.

A 2ª Vara Federal de Canoas já havia absolvido Padilha em fevereiro de 2017 por insuficiência de provas, e o MPF recorreu ao tribunal. Conforme o relator, desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, a prova produzida nos autos não ampara a acusação do MPF. "Soa inverossímil a afirmação de que os contratos relativos a EAD seriam mera simulação, realizada para 'esquentar' os pagamentos", disse.

CAMPANHA
DO AGABALHO
PARTICIPE



CORRIDA DA
ADVOCACIA
GAÚCHA

28/7
9H

Inscriva-se
até 24/7
WWW.CAARS.ORG.BR/CORRIDA

Realização



Apoio



A intelectualidade brasileira (e estrangeira) gosta de cultivar figuras excêntricas, e o velho cacique caiaipó, Raoni, é um exemplo de que como se transformou numa celebridade internacional depois de incensado por aqui e lançado mundialmente pelo cantor Sting. Foi preciso o presidente Jair Bolsonaro intervir para desmobilizar até o presidente francês Emmanuel Macron, que pensava numa reunião entre os dois, mas com um convidado especial, o cacique Raoni. O veterano cacique caiaipó "não representa o Brasil e sequer representa a comunidade indígena de onde veio", disse Bolsonaro a Macron, encerrando a conversa e a intenção de incluir Raoni num encontro para discutir a luta pela preservação da Amazônia e dos povos indígenas. Para evitar atritos com o presidente francês, Bolsonaro fez um convite a Macron para sobrevoar a Amazônia, de Boa Vista a Manaus, e constatar que nesse trajeto "não há qualquer ponto de desmatamento". O Brasil sempre foi vítima do ativismo internacional que, como se sabe, é mantido por



ROGÉRIO MENDELSKI

rogerio@radiogaiba.com.br

Bolsonaro, Macron E Raoni

"misteriosos interesses" que impedem ou atrasam o desenvolvimento de países do ainda chamado Terceiro Mundo. O cacique Raoni se tornou famoso e já converteu com outras lideranças internacionais sempre com o argumento de ser um defensor da selva, dos povos indi-

genas e contra a construção de hidrelétricas na Amazônia. Hidrelétricas sempre serão de importância estrutural para o desenvolvimento de qualquer região, especialmente na Amazônia onde está o maior sistema fluvial do planeta e para tanto basta que sejam construídas com o devido respeito ao meio ambiente, o que nunca foi desconsiderado pelos últimos governos brasileiros. Bolsonaro garantiu a Macron que o Brasil não vai mudar a sua política ambiental (a mais moderna do mundo), mas também mostrará que é cumpridor dos acordos firmados, com destaque para o Acordo de Paris (firmado por 195 países, em 2015, para conter o aquecimento global). O compromisso de Bolsonaro foi decisivo para a assinatura de um acordo que era discutido por 20 anos entre o Mercosul e a União Europeia. Raoni pode continuar com sua cruzada entre os ativistas europeus, mas ficará no nicho da intelectualidade que adota o exotismo do Terceiro Mundo - uma preferência pelo tambor em detrimento da água encanada.

Cidadão parisiense

Em 2011, Raoni recebeu o título de Cidadão Honorário de Paris pela sua luta pelos povos indígenas, pela preservação da Amazônia e contra a Hidrelétrica de Belo Monte. Em 2016, a UH Belo Monte entrou em funcionamento com 20 Unidades Geradoras (8.788 MW) das 24 projetadas para uma capacidade de 11.233 megawatts. É a vitória da luz elétrica contra o candeio.

O convite de Bolsonaro

Se o presidente Macron sobrevoar com Bolsonaro de Boa Vista (Roraima) a Manaus (Amazonas) irá percorrer um trecho de 663 Km. A mesma distância entre Paris e Marselha, por via aérea. Macron verá uma mata abundante cortada apenas por uma malha fluvial espetacular. Como era o território francês na Idade Média...

Ativismo hipócrita (1)

O programa 60 Minutes (CBS News), anos atrás, mostrou um reportagem sobre uma região da Índia com 40 milhões de habitantes, onde mulheres e crianças carregavam em baldes uma água imunda e lamacenta para o seu consumo. Também juntavam esterco de vaca para ser usado como combustível.

Ativismo hipócrita (2)

Um projeto do Banco Mundial previa para a região a construção de uma hidrelétrica para o abastecimento de luz e água aos 40 milhões de indianos. Uma ONG conseguiu vetar a obra, com o pretexto de que a represa ameaçava a extinção de um tipo de tigre que tinha o seu habitat na área.

Ativismo hipócrita (3)

Em Nova Iorque, a reportagem ouviu a porta-voz da ONG que acabou com o projeto. A câmera filma a refinada senhora no seu sofisticado apartamento, enchendo o copo de uma água límpida da torneira. O repórter perguntou por que privar milhões de pessoas de uma água semelhante à que bebia?

Ativismo hipócrita (4)

O falecido jornalista Janer Cristaldo contou na sua coluna que a senhora da ONG justificou-se dizendo que aqueles 40 milhões de indianos não poderiam adquirir hábitos de consumo do Ocidente. Na opinião de Cristaldo, a ONG apenas queria manter aquelas pessoas bebendo água suja e catando esterco. Os tigres eram mais importantes...